



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI Nº 15, DE 8 DE ABRIL DE 2022

*Cria a Subseção IV, da Seção IV, do Capítulo III, do Título I, do Livro Primeiro da Lei Municipal nº 1385 de 27 de dezembro de 1977 que “Institui o Código Tributário do Município de Itaúna” e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica criada a Subseção IV, da Seção IV, do Capítulo III, do Título I, do Livro Primeiro da Lei Municipal nº 1385, de 27 de dezembro de 1977, com a seguinte redação:

### *Subseção IV*

#### *Do Domicílio Tributário Eletrônico*

**Art. 22-A** Fica instituída a comunicação eletrônica que se constitui de um canal virtual de comunicação entre o Município de Itaúna e o sujeito passivo, por meio do Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, sendo obrigatório o credenciamento para as pessoas físicas e jurídicas, observados a forma, condições e prazos previstos em regulamento.

**Art. 22-B** Para fins desta Lei Complementar, considera-se:

*I - Domicílio Eletrônico: portal de serviços e comunicações eletrônicas da Administração Pública Municipal disponível na rede mundial de computadores;*

*II - Sujeito passivo: o sujeito eleito pela legislação para cumprimento da obrigação tributária, podendo ser o próprio contribuinte ou terceiro responsável, ou para cumprimento de obrigação não-tributária;*

*III - Meio eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;*

*IV - Transmissão eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.*

**Art. 22-C** O Município de Itaúna poderá utilizar a comunicação eletrônica para:

*I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, tributários e de polícia, que lhe digam respeito;*



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação do Projeto de Lei nº 15/2022 – Fl. 02

*II - encaminhar os autos e termos de fiscalização descritos no art. 293 desta Lei;*

*III - expedir avisos em geral;*

*IV - receber impugnações e recursos de autos de apreensão e autos de infração e respostas às notificações e intimações da Administração Municipal.*

*§ 1º A expedição de avisos por meio do DTE a que se refere o inciso III do caput deste artigo não exclui a espontaneidade da denúncia, nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional.*

*§ 2º Quando da emissão pela Administração Pública Municipal de atos conforme disposto nos incisos I e II do caput deste artigo será emitida a notificação via e-mail e via SMS ou Whatsapp.*

*§ 3º É dever do sujeito passivo realizar o credenciamento no sistema e manter atualizados, válidos e ativos seus meios de contato eletrônico.*

*Art. 22-D O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á após o seu credenciamento junto ao Município de Itaúna, na forma prevista em regulamento.*

**Parágrafo único.** *Ao credenciamento serão atribuídos registro e acesso ao sistema eletrônico do Município de Itaúna, mediante senha e login ou por certificação digital, de forma a preservar o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.*

*Art. 22-E O credenciamento será obrigatório aos contribuintes e responsáveis, conforme dispuser o regulamento, e as comunicações da Administração Pública Municipal ao sujeito passivo serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, em portal próprio denominado DTE, dispensando-se, nesse caso, a sua publicação no Diário Oficial do Município, a notificação ou intimação pessoal ou o envio por via postal.*

*§ 1º A comunicação realizada na forma prevista no caput deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.*

*§ 2º Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.*

*§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, nos casos em que a consulta se der em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.*



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação do Projeto de Lei nº 15/2022 – Fl. 03

*§ 4º A consulta referida nos §§ 2º e 3º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos, contados da disponibilização da comunicação no DTE, sob pena de considerar-se a notificação ou comunicação automaticamente realizada na data do término desse prazo.*

*§ 5º Para fins do disposto no parágrafo anterior, no caso de optantes pelo Simples Nacional, serão observadas as regras e prazos previstos na Lei Complementar Nacional nº 123/06 e nas Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSIM ou, em caso de alteração, nas normas que vierem a substituí-las.*

*§ 6º O Domicílio Tributário Eletrônico - DTE não exclui as formas ordinárias de comunicação, que poderão ser utilizadas no interesse da Administração Pública Municipal ou quando, por motivo técnico, inviável o uso daquele.*

*Art. 22-F O servidor público deverá assinar as comunicações e documentos eletrônicos por certificado ou assinatura digital.*

*Art. 22-G Os documentos eletrônicos, transmitidos na forma prevista neste Capítulo, contam com garantia de autoria, autenticidade e integridade, nos termos da legislação nacional específica.*

*§ 1º A transmissão de documentos, que correspondam à digitalização de documentos em papel, pressupõe a declaração explícita de que são cópias autênticas e fiéis de seus originais, de acordo com as legislações civil e criminal vigentes.*

*§ 2º Os documentos eletrônicos e os originais dos documentos digitalizados mencionados, respectivamente, no caput e no § 1º, deverão ser preservados pelo seu detentor durante os prazos decadencial e prescricional previstos na legislação.*

*§ 3º Fica facultado à Administração Pública Municipal, observados os prazos de decadência e prescrição, requerer a apresentação dos documentos originais de trata o § 1º deste artigo.*

*§ 4º A não apresentação dos originais referidos no parágrafo anterior, ou de declaração de autoridade que possua fé pública de que os documentos eletrônicos transmitidos representam cópia autêntica e fiel de seus originais, resultará na desconsideração dos citados documentos eletrônicos, e tais arquivos digitais poderão configurar prova a favor da Administração Pública Municipal.*



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação do Projeto de Lei nº 15/2022 – Fl. 04

**Art. 22-H** Considera-se entregue o documento transmitido pelo sujeito passivo no dia e hora de seu envio ao canal virtual de comunicação que trata o art. 339, devendo ser disponibilizado pelo Município de Itaúna protocolo eletrônico de envio.

**Parágrafo único.** Quando os documentos forem transmitidos eletronicamente para atender a prazo, serão considerados tempestivos aqueles enviados até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do último dia do prazo previsto na comunicação eletrônica, observado o horário oficial de Brasília, que será registrado no protocolo eletrônico disponibilizado.

**Art. 22-I** As comunicações eletrônicas do Município de Itaúna ao sujeito passivo, quando feitas por meio da plataforma DTE, substituem qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais.

**Art. 22-J** Fica instituída a Procuração Eletrônica – PRO-e, que permitirá ao sujeito passivo outorgar poderes a pessoas físicas ou jurídicas, observadas as normas estabelecidas em regulamento.

**Art. 22-K** A recusa ou ausência de credenciamento ao DTE, nos termos e prazos estipulados em regulamento, ensejará multa no valor de 5 (cinco) Unidades Fiscais Padrão – UFPs, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

**Art. 2º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 8 de abril de 2022.

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito do Município de Itaúna

**Valter Gonçalves do Amaral**  
Secretário Municipal de Finanças

**Guilherme Nogueira Soares**  
Procurador-Geral do Município



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ***PROJETO DE LEI Nº 15/2022***

### ***JUSTIFICATIVA***

Excelentíssimo Senhor **Presidente**, Excelentíssimo Senhores **Vereadores** e Excelentíssimas Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna

O Projeto de Lei que ora encaminho para apreciação dessa casa visa a criar o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) no Município de Itaúna. A criação do referido domicílio objetiva a modernização, desburocratização e eficiência da comunicação entre Município e contribuintes, além de promover a economicidade dos recursos públicos e a celeridade dos processos administrativos.

O Domicílio Tributário Eletrônico viabilizará que a formalização, tramitação, comunicação e transmissão dos atos administrativos, procedimentos e ações fiscais ocorram por meio digital aos contribuintes ou interessados.

A criação do Domicílio Tributário Eletrônico na Lei Municipal nº 1385/77 ditará as diretrizes gerais da nova modalidade de comunicação entre o Município e os contribuintes. Ocorre que, uma vez aprovada a inclusão do DTE no Código Tributário Municipal, será editado Decreto que regulamentará de forma clara e detalhada aos contribuintes o procedimento para credenciamento ao domicílio tributário eletrônico.

Ressalta-se que a comunicação eletrônica de que trata o Domicílio Tributário Eletrônico garantirá o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações, bem como da devida integração aos sistemas operacionais do fisco municipal, respeitando-se a legislação nacional específica.

Com essas justificativas, aguardo a aprovação do presente Projeto de Lei.

Nesta oportunidade, expresso a Vossas Excelências votos de apreço e distinta consideração.

**Neider Moreira de Faria**

Prefeito do Município de Itaúna



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Ofício nº 130/2022 - Gabinete do Prefeito**  
**Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 15/2022**

Itaúna-MG, 8 de abril de 2022

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 15/2022, que “*Cria a Subseção IV, da Seção IV, do Capítulo III, do Título I, do Livro Primeiro da Lei Municipal nº 1385 de 27 de dezembro de 1977 que ‘Institui o Código Tributário do Município de Itaúna’ e dá outras providências*” para análise, deliberação e aprovação dos membros dessa Casa.

Na oportunidade, renovo-lhe protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito do Município de Itaúna

**EXMO. SR.**  
**ALEXANDRE MAGNO MARTONI DEBIQUE CAMPOS**  
**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ITAÚNA-MG**